



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO EXÉRCITO
(Insp G Ens Ex / 1937)**

**DIEx nº 194-CADESM/DECEX
EB: 64445.015296/2020-79**

Rio de Janeiro, RJ, 7 de outubro de 2020.

Do Vice-Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército

Ao Sr Subsecretário de Economia e Finanças

Assunto: majoração de adicional de habilitação - Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais anterior a 1986

Referência: DIEx nº 287-ASSE1/SSEF/SEF de 17 Set 20.

Anexos: 1) Lei_6265,_de_19_de_dezembro_de_1975;
2) Lei_5787,_de_27_de_junho_de_1972; e
3) Lei_7576,_de_23_de_dezembro_de_1986.

1. Sobre o assunto e em atenção a solicitação da referência, este Departamento posiciona-se como descrito abaixo:

Em relação aos oficiais matriculados nos cursos de aperfeiçoamento até a data de 23 SET 99:

Os oficiais que realizaram o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais e o Curso de Aperfeiçoamento Militar, ambos da EsAO, **até o ano de 2000**, inclusive, são considerados como **possuidores de mestrado em Operações Militares**, tendo em vista que estavam sob a égide da Lei nº 7.576, de 23 de dezembro de 1986, da Lei nº 8.040, de 5 de junho de 1990, e do Decreto nº 909, de 2 de setembro de 1993, e foram matriculados como alunos em data anterior a 23 SET 99.

2. A Lei nº 7.576, de 23 de dezembro de 1986, não era a lei que regia o ensino do Exército, mas a norma que a alterou, que no caso, era a Lei nº 6.265, de 19 de dezembro de 1975.

3. A Lei nº 6.265/1975 que dispunha sobre o Ensino no Exército, vê-se a divisão do Sistema de Ensino do Exército, em três níveis distintos, os quais representavam uma escalonação financeira junto à Lei de Remuneração das Forças Armadas (Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972). Dispondo que o nível superior seria dividido em três ciclos: 1º a formação e especialização; 2º aperfeiçoamento; e 3º Altos Estudos Militares (Art. 13). Havendo distinção

entre os cursos de aperfeiçoamento (alínea "d", inciso I, do Art. 16) e Alto Estudos (alínea "e", inciso I, do Art. 16).

4. Por sua vez, o Art. 23 regulava como requisito para a matrícula no curso de Altos Estudos ser oficial aperfeiçoado, se oriundo da linha bélica.

5. A norma vigente, não previa curso de pós-graduação, bem como não distinguia ou permitia a equivalência do curso de aperfeiçoamento com o curso de Alto Estudos Categoria II. Isto é, os cursos de Altos Estudos Militares eram distintos do curso de aperfeiçoamento, mesmo porque, este era considerado um requisito para a inscrição e realização dos cursos de Altos Estudos, sem qualquer remissão aos cursos de Altos Estudos Categoria II.

6. Com isso, pelas disposições originais da Lei nº 6.265, de 19 de dezembro de 1975, combinado com a Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, não se vislumbra a possibilidade de algum oficial do Exército conseguir receber os índices de Altos Estudos Categoria II.

7. Este Departamento entendeu que o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, realizado em 1976, **não faria jus** ao adicional de habilitação de Altos Estudos Categoria II, haja vista, o referido militar ter concluído o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO) em 15 Dez 76 e não estar à época, albergado pela Lei nº 7.576, de 23 Dez 86.

8. Para maiores esclarecimentos, está à disposição o CEL R1 JULIO CESAR ALONSO MUCCI, por intermédio dos telefones (21) 2519-5697/5202 (RITEx 810-5697/5202).

Gen Div CARLOS ALBERTO MANSUR
Vice-Chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército

**"INTENDÊNCIA: SOLDADO DO ACANTO, UM SÉCULO DE EXCELÊNCIA NA
LOGÍSTICA MILITAR TERRESTRE."**